



GT 018. Antropologia dos Esportes: desdobramentos epistemológicos e teórico-metodológicos nos estudos das práticas esportivas

Wagner Xavier de Camargo (UFSCar) -
Coordenador/a, Luiz Fernando Rojo Mattos (UFF) -
Coordenador/a, Mônica da Silva Araujo (UFPI) -
Debatedor/a

Este grupo de trabalho é fruto de estudos e esforços da antropologia brasileira em compreender das práticas esportivas em sua interface com a sociedade. Nos últimos encontros da RBA (desde 2000) e da RAM (desde 2001), compreendemos que o esporte institucionalizado e as práticas esportivas estão cada vez mais presentes na vida dos sujeitos e têm adquirido maior visibilidade, tanto no cenário brasileiro, quanto no Sul-americano. Como efeito, vimos um aumento exponencial representado no número de pesquisadoras/es (seja na qualidade dos trabalhos, seja na amplitude temática), e tal aspecto se reveste no incremento (e verticalização) de problemáticas concernentes à área. Nesse sentido, é no espaço do GT que aprofundamos e refinamos alguns debates mais clássicos da antropologia, como conceitos de identidades e etnicidade, teorias do indivíduo e da pessoa, usos do corpo e estruturas de poder, além de outros mais contemporâneos, como as questões de gênero, sexualidade e erotismo, interseccionalidades, novas subjetividades e as próprias práticas esportivas. Essas temáticas emergem de etnografias densas e plurais, que abordam distintas modalidades esportivas como o futebol, vôlei, basquete, rugby, lutas e artes marciais, esportes de aventura, ciclismo, natação, dança e outras. O objetivo deste GT, portanto, é possibilitar e dar manutenção ao espaço de diálogo, trocas, interlocução e colaboração entre pesquisadoras/es envolvidas/os com o universo dos esportes.

O futebol e o poder público: interferências e intervenções não dialogadas em dias de jogos do Botafogo-PB

Autoria: Phelipe Caldas Pontes Carvalho

Em minha pesquisa de mestrado eu venho analisando como um estádio de futebol, ainda que muitas vezes ocupado por torcedores de um mesmo clube, acaba permeado por uma série de fronteiras e territórios, que delimitam múltiplas identidades que as vezes são até mesmo rivais e antagônicas. Pegando como exemplo o Botafogo da Paraíba, foco de meus estudos, cada uma das diferentes torcidas organizadas e cada um dos grupos de torcedores dentro do Estádio Almeidão possui diferentes dinâmicas, diferentes comportamentos e diferentes posturas; e, no mesmo sentido, diferentes visões e julgamentos sobre o outro. Ainda dentro desta perspectiva, pretendo, contudo, propor para este Grupo de work um recorte específico, e assim analisar como se dão as tentativas de regulações do poder público diante desses diversos grupos, e como este mesmo poder público tem reações distintas a depender do grupo em questão (a depender de classe econômica, se é ou não de torcida organizada, etc.). A partir de pesquisas etnográficas realizadas ao longo de quase dois anos, pretendo discutir como o Ministério Público do Estado, por exemplo, desconsidera os valores simbólicos e afetivos dos espaços quando transformados em territórios ou em lugares, e tenta definir por decreto, sem diálogos ou mesmo qualquer tipo de sensibilidade, onde cada torcer deve obrigatoriamente se posicionar e se fixar, muitas vezes provocando deslocamentos que têm consequências danosas para os respectivos grupos de torcedores. Da mesma forma, a partir de um debate proposto principalmente por Michel Agier (mas também por uma série de outros autores), sobre como as fronteiras e as alteridades são importantes para a definição das identidades, pretendo refletir ainda sobre como a decisão cada vez mais frequente do Ministério Público em fazer pressão pró-torcida única nos estádios em dias de jogos, pelo menos no caso pesquisado da Paraíba, se apresenta ao longo dos tempos como maléfica ao futebol, aos clubes, aos próprios torcedores de



diferentes equipes. A proposta deste work, pois, é mostrar como as intervenções do poder público no futebol paraibano, ainda que realizado sob o discurso recorrente da segurança e da melhor comodidade do torcedor, acaba por interferir negativamente neste mesmo torcedor, uma vez que são decisões que são tomadas com base muitas vezes em preconceitos e estereótipos e que quase nunca pesam de fato os próprios interesses desses torcedores como grupos sociais.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

